

Contas da Direção 2015

Federação Portuguesa de Badminton

Balço - (modelo para ESNL) em
31-12-2015
(montantes em euros)

Federação Portuguesa de Badminton

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		293.388,07	261.733,61
Outros ativos financeiros		203,71	90,35
		293.591,78	261.823,96
Ativo corrente			
Inventários		5.362,54	10.601,59
Adiantamentos a fornecedores		3.100,44	3.059,94
Estado e outros entes públicos		20,92	11,41
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		15.134,48	9.756,54
Outras contas a receber		16.484,57	58.989,45
Diferimentos		9.694,95	7.127,10
Caixa e depósitos bancários		37.120,18	6.176,78
		86.918,08	95.722,81
Total do ativo		380.509,86	357.546,77
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		22.391,69	78.632,05
Resultado líquido do período		24.213,34	(56.240,36)
Total do fundo de capital		46.605,03	22.391,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		27.738,53	
		27.738,53	
Passivo corrente			
Fornecedores		136.698,19	157.218,02
Estado e outros entes públicos		5.307,06	3.651,91
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros		47.394,26	47.561,59
Financiamentos obtidos		62.375,00	93.693,76
Outras contas a pagar		54.391,79	33.029,80
		306.166,30	335.155,08
Total do passivo		333.904,83	335.155,08
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		380.509,86	357.546,77

Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº 33960

**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12
-2015
(montantes em euros)**

**Federação Portuguesa de
Badminton**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados		175.451,63	331.454,04
Subsídios, doações e legados à exploração		510.584,14	388.519,37
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(22.756,21)	(12.809,45)
Fornecimentos e serviços externos		(170.106,03)	(219.786,89)
Gastos com o pessoal		(132.634,96)	(138.417,14)
Outros rendimentos e ganhos		16.714,65	14.551,49
Outros gastos e perdas		(324.792,92)	(391.703,12)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		52.460,30	(28.191,70)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(19.255,24)	(20.144,04)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.205,06	(48.335,74)
Juros e rendimentos similares obtidos		38,02	27,88
Juros e gastos similares suportados		(9.029,74)	(7.932,50)
Resultado antes de impostos		24.213,34	(56.240,36)
Resultado líquido do período		24.213,34	(56.240,36)

Administração/ Gerência



Contabilista Certificado Nº 33960



**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2015
(montantes em euros)**

Federação Portuguesa de Badminton

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		143.644,24	32.463,73
Pagamentos de bolsas		24.331,33	
Pagamentos a fornecedores		211.487,31	171.454,84
Pagamentos ao pessoal		110.544,91	139.050,02
Caixa gerada pelas operações		(202.719,31)	(278.041,13)
Outros recebimentos/pagamentos		253.379,70	299.201,12
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		50.660,39	21.159,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		8.000,00	41.390,00
<i>Investimentos financeiros</i>		113,36	79,58
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>		38,54	27,88
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(8.074,82)	(41.441,70)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		30.000,00	339.236,71
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		32.612,43	312.591,57
<i>Juros e gastos similares</i>		9.029,74	8.280,75
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(11.642,17)	18.364,39
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		30.943,40	(1.917,32)
Caixa e seus equivalentes no início do período		6.176,78	8.094,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período		37.120,18	6.176,78

Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº 33960

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015

Federação Portuguesa de Badminton

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transítados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
6	78.632,05							(56.240,36)	22.391,69		22.391,69
DESCRÇÃO											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
6	(56.240,36)							56.240,36	0,00		0,00
Aplicação do resultado de 2014											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
7	(56.240,36)							56.240,36	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
8								24.213,34	24.213,34		24.213,34
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
9=7+8								80.453,70	80.453,70		80.453,70
Outras Operações											
10	22.391,69							24.213,34	46.605,03		46.605,03
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015											
11=7+8+10											

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados Transítados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
1	199.269,93							(120.636,88)	78.632,05		78.632,05
DESCRÇÃO											
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
1	(120.636,88)							120.636,88	0,00		0,00
Aplicação do resultado de 2014											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
2	(120.636,88)							120.636,88	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
3								(56.240,36)	(56.240,36)		(56.240,36)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
4=2+3								64.396,52	64.396,52		64.396,52
Fundos											
Outras Operações											
5	78.632,05							(56.240,36)	22.391,69		22.391,69
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014											
6=1+2+3+4+5											

Administração / Gerência




Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	37.120,18		37.120,18
11	Caixa	239,07		239,07
12	Depósitos à ordem	35.881,11		35.881,11
13	Outros depósitos bancários	1.000,00		1.000,00
2	CONTAS A RECEBER E A PAGAR	44.435,36	333.904,83	(289.469,47)
22	Fornecedores	3.100,44	136.698,19	(133.597,75)
221	Fornecedores c/c		136.698,19	(136.698,19)
2211	Fornecedores gerais		136.698,19	(136.698,19)
228	Adiantamentos a fornecedores	3.100,44		3.100,44
24	Estado e outros entes públicos	20,92	5.307,06	(5.286,14)
242	Retenção de impostos sobre rendimentos	20,92	2.347,79	(2.326,87)
245	Contribuições para a Segurança Social		2.959,27	(2.959,27)
25	Financiamentos obtidos		90.113,53	(90.113,53)
251	Instituições de crédito e sociedades financeiras		90.113,53	(90.113,53)
2511	Empréstimos bancários		90.113,53	(90.113,53)
26	Fundadores, patrocinadores, doadores, associados e membros	15.134,48	47.394,26	(32.259,78)
268	Outras operações	15.134,48	47.394,26	(32.259,78)
2684	Beneficiários das mutualidades - Melhorias de benefícios	15.134,48	5.381,70	9.752,78
2685	Beneficiários das mutualidades - Subvenções		42.012,56	(42.012,56)
27	Outras contas a receber e a pagar	16.484,57	54.391,79	(37.907,22)
271	Fornecedores de investimentos		1.519,70	(1.519,70)
2711	Fornecedores de investimentos - contas gerais		1.519,70	(1.519,70)
272	Devedores e credores por acréscimos (per. econ.)	7.000,00	16.730,29	(9.730,29)
2721	Devedores por acréscimos de rendimentos	7.000,00		7.000,00
2722	Credores por acréscimos de gastos		16.730,29	(16.730,29)
278	Outros devedores e credores	9.484,57	36.141,80	(26.657,23)
28	Diferimentos	9.694,95		9.694,95
281	Gastos a reconhecer	9.694,95		9.694,95
3	INVENTÁRIOS E ATIVOS BIOLÓGICOS	5.362,54		5.362,54
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5.362,54		5.362,54
332	Matérias subsidiárias	5.362,54		5.362,54
4	INVESTIMENTOS	825.848,84	532.257,06	293.591,78
41	Investimentos financeiros	203,71		203,71
415	Outros investimentos financeiros	203,71		203,71
4157	Outros investimentos financeiros - FCT	113,36		113,36
4158	Outros	90,35		90,35
43	Ativos fixos tangíveis	825.645,13	532.257,06	293.388,07
433	Outros ativos fixos tangíveis	825.645,13	532.257,06	293.388,07
4331	Terrenos e recursos naturais	39.903,83		39.903,83

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
4332	Edifícios e outras construções	413.521,95		413.521,95
4333	Equipamento básico	21.539,24		21.539,24
4334	Equipamento de transporte	171.911,17		171.911,17
4335	Equipamento administrativo	142.285,93		142.285,93
4337	Outros ativos fixos tangíveis	36.483,01		36.483,01
4338	Depreciações acumuladas		532.257,06	(532.257,06)
43382	Edifícios e outras construções		165.766,62	(165.766,62)
43383	Equipamento básico		18.310,32	(18.310,32)
43384	Equipamento de transporte		169.411,18	(169.411,18)
43385	Equipamento administrativo		142.471,51	(142.471,51)
43387	Outros ativos fixos tangíveis		36.297,43	(36.297,43)
5	FUNDOS PATRIMONIAIS		22.391,69	(22.391,69)
51	Fundos		22.391,69	(22.391,69)
6	GASTOS	678.575,10		678.575,10
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22.756,21		22.756,21
611	Mercadorias	6.142,16		6.142,16
612	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	16.614,05		16.614,05
62	Fornecimentos e serviços externos	170.106,03		170.106,03
622	Serviços especializados	36.677,87		36.677,87
6222	Publicidade e propaganda	1.008,84		1.008,84
6223	Vigilância e segurança	411,44		411,44
6224	Honorários	21.214,67		21.214,67
6226	Conservação e reparação	14.042,92		14.042,92
623	Materiais	9.733,09		9.733,09
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8.092,42		8.092,42
6233	Material de escritório	1.304,91		1.304,91
6234	Artigos para oferta	335,76		335,76
624	Energia e fluidos	61.737,74		61.737,74
6241	Eletricidade	40.731,17		40.731,17
6242	Combustíveis	10.003,31		10.003,31
6243	Água	203,97		203,97
6248	Outros	10.799,29		10.799,29
625	Deslocações, estadas e transportes	143,02		143,02
6251	Deslocações e estadas	131,95		131,95
6253	Transportes de mercadorias	11,07		11,07
626	Serviços diversos	61.814,31		61.814,31
6261	Rendas e alugueres	2.942,24		2.942,24
6262	Comunicação	7.999,69		7.999,69
6263	Seguros	13.553,68		13.553,68

Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº 33960

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
6265	Contencioso e notariado	117,25		117,25
6267	Limpeza, higiene e conforto	15.406,53		15.406,53
6268	Outros serviços	21.794,92		21.794,92
63	Gastos com o pessoal	132.634,96		132.634,96
632	Remunerações do pessoal	109.647,02		109.647,02
635	Encargos sobre remunerações	21.013,23		21.013,23
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	1.974,71		1.974,71
64	Gastos de depreciação e de amortização	19.255,24		19.255,24
642	Ativos fixos tangíveis	19.255,24		19.255,24
6422	Edifícios e outras construções	15.714,31		15.714,31
6423	Equipamento básico	855,35		855,35
6424	Equipamento de transporte	2.500,00		2.500,00
6425	Equipamento administrativo	185,58		185,58
68	Outros gastos	323.849,06		323.849,06
681	Impostos	2.324,07		2.324,07
6812	Impostos indiretos	2.046,33		2.046,33
6813	Taxas	277,74		277,74
688	Outros	9.325,22		9.325,22
6881	Correções relativas a períodos anteriores	8.522,06		8.522,06
6883	Quotizações	643,00		643,00
6888	Outros não especificados	160,16		160,16
689	Custos com apoios financeiros concedidos a associados ou utentes	312.199,77		312.199,77
6891	Subsídios, donativos, bolsas de estudo	306.618,78		306.618,78
6898	Outros custos inerentes a associados	5.580,99		5.580,99
69	Gastos de financiamento	9.973,60		9.973,60
691	Juros suportados	9.933,60		9.933,60
6911	Juros de financiamentos obtidos	9.029,74		9.029,74
6918	Outros juros	903,86		903,86
698	Outros gastos de financiamento	40,00		40,00
6988	Outros	40,00		40,00
7	RENDIMENTOS		702.788,44	(702.788,44)
71	Vendas		15.397,30	(15.397,30)
712	Produtos acabados e intermédios		15.397,30	(15.397,30)
72	Prestações de serviços		160.054,33	(160.054,33)
721	Quotas dos utilizadores		53.653,00	(53.653,00)
724	Rendimentos de patrocinadores e colaborações		31.917,25	(31.917,25)
725	Serviços secundários		74.484,08	(74.484,08)
75	Subsídios, doações e legados à exploração		510.584,14	(510.584,14)
751	Subsídios do Estado e outros entes públicos		510.584,14	(510.584,14)

Conta SNC	Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Líquido
78	Outros rendimentos		16.714,13	(16.714,13)
781	Rendimentos suplementares		15.542,49	(15.542,49)
7813	Estudos, projetos e assistência tecnológica		5.437,50	(5.437,50)
7816	Outros rendimentos suplementares		10.104,99	(10.104,99)
782	Descontos de pronto pagamento obtidos		20,71	(20,71)
788	Outros		1.150,93	(1.150,93)
7881	Correções relativas a períodos anteriores		1.150,93	(1.150,93)
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares		38,54	(38,54)
791	Juros obtidos		38,02	(38,02)
7915	De financiamentos obtidos		38,02	(38,02)
798	Outros rendimentos similares		0,52	(0,52)
8	RESULTADOS			
		Total	1.591.342,02	1.591.342,02
				0,00

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 33960



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Federação Portuguesa de Badminton

ANO : 2015

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1 Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da detecção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:

5 - Activos fixos tangíveis

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

8.2 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respectiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

9 - Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adoptadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

9.2 Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

10 - Rédito

10.1 Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvem a prestação de serviços

10.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras



12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que directamente se beneficiou:

14 - Impostos e contribuições

14.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

14.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

16 - Benefícios dos empregados

16.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

16.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1 Informação por actividade económica

17.2 Informação por mercado geográfico

17.3 Decomposição e movimento de capital próprio

17.4 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

18 - Outras informações

18.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

20 - Fluxos de caixa

20.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:



Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Badminton
Sede social: Rua Júlio César Machado, 80
Endereço eletrónico: sede@fpbadminton.pt
Página da internet: www.fpbadminton.pt
Natureza da atividade: Outras atividades desportivas, n.e.

Composição direção:

PRESIDENTE

Horácio Miranda de Ornelas Bento Gouveia

DIRECÇÃO

Diretor Acácio Manuel da Silva Gonçalves

Diretor António José Nunes Mendes

Diretor Joaquim Albano Almeida Ribeiro da Silva

Diretor Joaquim José Oliveira Lopes

Diretor Joaquim Manuel Simão Gonçalves

Diretor José Gonçalo dos Santos

Suplente Paulo Filipe Cabrita Guerreiro

Suplente Fernando Dinis Simões Costa de Almeida e Silva

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a norma para as Entidades do Setor não Lucrativo.

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

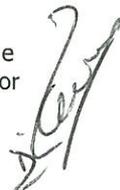
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por



qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se isenta a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), em virtude de ser uma instituição de utilidade pública, não praticando quaisquer atividades e atos fora do âmbito.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clubes, Associações, outros

As contas de "clubes e associações" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.



- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

4.1. **Efeitos das alterações de políticas e estimativas contabilísticas bem como da deteção de erros nos períodos anterior, corrente e futuros, conforme quadro seguinte:**

Enquadramento da política

Políticas contabilísticas são os princípios, bases, convenções, regras e práticas específicas aplicadas na preparação e apresentação de demonstrações financeiras. As políticas contabilísticas utilizadas decorrem das normas aplicáveis no referencial contabilístico adotado pela empresa (ver nota 2), sendo aplicadas de forma consistente exceto se a alteração for exigida por uma norma ou resulte em informação mais fiável e relevante.

A aplicação inicial de uma norma e as alterações à aplicação de normas serão devidamente divulgadas, e os seus efeitos aplicados retrospectivamente até ao ponto em que seja impraticável determinar quer os efeitos específicos de um período, quer o efeito cumulativo da alteração.

Na ausência de uma norma ou interpretação que se aplique especificamente a uma transação, outro acontecimento ou condição, a Administração ajuizará quanto ao desenvolvimento e aplicação de uma política contabilística que resulte em informação que garanta as características qualitativas das demonstrações financeiras a apresentar.

As estimativas e os pressupostos subjacentes são determinados com base no melhor conhecimento existente à presente data dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Os efeitos das alterações de estimativas (que não decorram de alterações de políticas contabilísticas) são reconhecidos prospectivamente nos resultados do período de alteração e/ou períodos posteriores.

Erros do período corrente e erros não materiais de períodos anteriores descobertos no período são corrigidos antes de as demonstrações financeiras serem emitidas.

Erros materiais de períodos anteriores são corrigidos retrospectivamente no primeiro conjunto de demonstrações financeiras após a sua descoberta.

A impossibilidade de quantificação dos efeitos retrospectivos de alterações de políticas e/ou da correção de erros materiais é objeto de divulgação.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas ou estimativas

Durante o período não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 Dez 2015.



Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reconhecidos, por inexistentes, erros materiais relativos a períodos anteriores.

5 - Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Enquadramento da política

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação em vigor ou ao justo valor calculado com base em avaliações efetuadas por peritos independentes, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a empresa espera incorrer.

Os ativos adquiridos por meio de subsídios do governo são reconhecidos pelo custo.

A mensuração subsequente dos ativos fixos tangíveis assenta no modelo do custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, tendo em conta a estimativa de valor residual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Rubrica: Edifícios e outras construções

Vida útil (anos): 10 e 50

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Equipamento básico

Vida útil (anos): 7 - 14

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Equipamento Transporte

Vida útil (anos): 4

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Equipamento Administrativo

Vida útil (anos): 3 - 5

Valor residual (%): 0%

Rubrica: Outros Ativos fixos

Vida útil (anos): 1 - 7

Valor residual (%): 0%

As vidas úteis, os valores residuais e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas subsequentes com manutenção e reparação que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorra.



Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	39.903,83	362.612,25	21.539,24	171.911,17	142.285,93		36.483,01			774.735,43
Depreciações acumuladas		150.052,31	17.454,97	166.911,18	142.285,93		36.297,43			513.001,82
Saldo no início do período	39.903,83	212.559,94	4.084,27	4.999,99			185,58			261.733,61
Variações do período		35.195,39	(855,35)	(2.500,00)	(185,58)					31.654,46
Total de aumentos		50.909,70								50.909,70
Aquisições em primeira mão		50.909,70								50.909,70
Total diminuições		15.714,31	855,35	2.500,00	185,58					19.255,24
Depreciações do período		15.714,31	855,35	2.500,00	185,58					19.255,24
Outras transferências		0,00								0,00
Saldo no fim do período	39.903,83	247.755,33	3.228,92	2.499,99	(185,58)		185,58			293.388,07
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>39.903,83</i>	<i>413.521,95</i>	<i>21.539,24</i>	<i>171.911,17</i>	<i>142.285,93</i>		<i>36.483,01</i>			<i>825.645,13</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>165.766,62</i>	<i>18.310,32</i>	<i>169.411,18</i>	<i>142.471,51</i>		<i>36.297,43</i>			<i>532.257,06</i>

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	39.903,83	362.612,25	21.539,24	171.911,17	142.285,93		36.483,01			774.735,43
Depreciações acumuladas		139.428,97	15.619,34	159.411,18	142.841,14		35.557,15			492.857,78
Saldo no início do período	39.903,83	223.183,28	5.919,90	12.499,99	(555,21)		925,86			281.877,65
Variações do período		(10.623,34)	(1.835,63)	(7.500,00)	555,21		(740,28)			(20.144,04)
Total de aumentos										
Total diminuições		10.623,34	1.835,63	7.500,00	185,07					20.144,04
Depreciações do período		10.623,34	1.835,63	7.500,00	185,07					20.144,04
Outras transferências			0,00		740,28		(740,28)			0,00
Saldo no fim do período	39.903,83	212.559,94	4.084,27	4.999,99			185,58			261.733,61
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>39.903,83</i>	<i>362.612,25</i>	<i>21.539,24</i>	<i>171.911,17</i>	<i>142.285,93</i>		<i>36.483,01</i>			<i>774.735,43</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>		<i>150.052,31</i>	<i>17.454,97</i>	<i>166.911,18</i>	<i>142.285,93</i>		<i>36.297,43</i>			<i>513.001,82</i>

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1. Política contábilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

Enquadramento da política

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, e compreendem juros, impostos e outras despesas conexas.

Contudo, os encargos financeiros que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são incluídos no custo desse ativo, se for provável a obtenção de benefícios económicos futuros para a entidade e se forem fiavelmente mensurados.

8.2. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos	90.113,53	62.375,00	27.738,53	9.029,74	9.029,74				
Instituições de crédito e sociedades financeiras	90.113,53	62.375,00	27.738,53	9.029,74	9.029,74				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos	90.113,53	62.375,00	27.738,53	9.029,74	9.029,74				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitalizados	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		93.693,76		8.280,75	7.932,50				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		93.693,76		8.280,75	7.932,50				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		93.693,76		8.280,75	7.932,50				

9 - Inventários

9.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Enquadramento da política

Os inventários são registados ao menor de entre o custo de aquisição ou produção e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O custo de aquisição resulta dos gastos diretos de compra (líquidos de descontos comerciais e abatimentos), dos direitos de importação e outros impostos e taxas não dedutíveis, e dos gastos de transporte e outros diretamente atribuíveis à aquisição, necessários para colocar os inventários na sua condição e local atual.

Estão incluídas nas matérias subsidiárias os materiais usados pela FPB no desenvolvimento das suas atividades.

A fórmula de custeio das saídas consiste no custo médio ponderado.

9.2. Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas e outras informações sobre estas naturezas de inventários, conforme quadro seguinte:

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais		10.601,59	10.601,59		4.083,41	4.083,41
Compras	6.142,16	11.375,00	17.517,16		19.327,63	19.327,63
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais		5.362,54	5.362,54		10.601,59	10.601,59
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	6.142,16	16.614,05	22.756,21		12.809,45	12.809,45
OUTRAS INFORMAÇÕES						

10 - Rédito

10.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

Enquadramento da política

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, sem consideração dos efeitos de impostos dedutíveis, desde que o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade e for provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade, com as especificações seguintes:

a) Venda de bens: o rédito é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- a empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

b) Prestação de serviços: o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- a fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

c) Juros: o rédito é reconhecido pelo valor bruto (antes de retenções de impostos), utilizando o método do juro efectivo, e inclui a quantia de amortização de qualquer desconto, prémio ou outra diferença entre a quantia inicial escriturada da dívida e a sua quantia na maturidade. Quando juros não pagos tenham sido acrescidos na aquisição, o recebimento subsequente de juros é distribuído entre os períodos pré e pós aquisição, a somente a parte pós aquisição é reconhecida como rédito.

10.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	15.397,30	10.912,20
Prestação de serviços	160.054,33	320.541,84
Juros	38,02	27,88
Total	175.489,65	331.481,92



12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1. Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras

Enquadramento da política

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciáveis ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no capital próprio exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Outros subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Subsídios do Governo na forma de ativos não monetários devem ser mensurados pelo justo valor do ativo (tal como o próprio ativo), a menos que o mesmo não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal (normalmente definida no contrato de concessão do subsídio).

A FPB recebeu para o seu desenvolvimento subsídios estatais nomeadamente do IPDJ para o desenvolvimento das suas atividades desportivas e organizativas. Estes são atribuídos mediante contratos-programa contratualizados entre as partes e que podem abranger toda a atividade geral, como algumas competições e/ou eventos mais específicos. São os proveitos destes registados sempre no ano do contrato respetivo.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	497.136,83	497.136,83	13.447,31	13.447,31
Valor dos reembolsos efetuados no período	497.136,83	497.136,83	13.447,31	13.447,31
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	497.136,83	497.136,83	13.447,31	13.447,31
Total				

O valor de subsídios recebidos no valor total de 510.584,14 são decompostos pelas seguintes entidades:

Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ): 365.500,00

Comité Olímpico de Portugal: 0,00

Câmara Municipal de Caldas da Rainha: 87.636,83

Fundação do Desporto: 44.000,00

Instituto de Emprego e Formação Profissional: 13.447,31

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	365.269,59	365.269,59	23.249,78	23.249,78
Valor dos reembolsos efetuados no período	358.300,00	358.300,00	23.249,78	23.249,78
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	358.300,00	358.300,00	23.249,78	23.249,78
Total	6.969,59	6.969,59		

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

A entidade encontra-se isenta a impostos sobre os lucros em sede de IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	24.213,34	(56.240,36)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

14.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenções efetuadas por terceiros				
Retenção de impostos sobre rendimentos	20,92	2.347,79	11,41	1.288,41
Contribuições para a Segurança Social		2.959,27		2.363,50
Total	20,92	5.307,06	11,41	3.651,91

16 - Benefícios dos empregados

16.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Enquadramento da política

Os benefícios de empregados são todas as formas de remuneração dadas pela entidade em troca dos serviços prestados pelos empregados e incluem:

a) benefícios a curto prazo, pagáveis na totalidade num prazo de 12 meses e registados como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento

b) benefícios pós-emprego, referentes a contribuições para planos com pagamentos após o termo do emprego; os planos podem ser de dois tipos:

i. planos de contribuição definida, em que a empresa efetua contribuições de montante fixado e a sua responsabilidade é limitada a essas quantias; as contribuições são registadas como gastos do período em que nasce a obrigação de pagamento

ii. planos de contribuição definida, em que a empresa assume diretamente os pagamentos aos beneficiários, assumindo o risco relacionado com o cálculo atuarial desses benefícios; esse cálculo consiste na determinação de um capital que, à data da reforma, seja suficiente para pagar uma renda vitalícia ao beneficiário; esse capital é registado como passivo (eventualmente líquido dos ativos que lhe estão afetos) e as contribuições anuais para a manutenção desse capital são registadas como gastos

c) outros benefícios a longo prazo, liquidáveis a mais de 12 meses, reconhecidos como gastos nos períodos em que são concedidos

d) benefícios de cessação de emprego pagáveis em consequência da decisão da empresa em cessar o emprego de um funcionário antes da data normal de reforma ou da decisão de um funcionário de aceitar a saída voluntária em troca desses benefícios; são reconhecidos como gasto quando existe um plano formal detalhado para cessar o emprego e não existe possibilidade de o cancelar.

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	9,00	18.456,00	11,00	19.279,00
Pessoas remuneradas	9,00	18.456,00	11,00	19.279,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	9,00	18.456,00	11,00	19.279,00
Pessoas a tempo completo	9,00	18.456,00	11,00	19.279,00
(das quais pessoas remuneradas)	9,00	18.456,00	11,00	19.279,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	9,00	18.456,00	11,00	19.279,00
Masculino	5,00	10.254,00	5,00	8.050,00
Feminino	4,00	8.202,00	6,00	11.229,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

16.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	132.634,96	138.417,14
Remunerações do pessoal	109.647,02	114.736,43
Encargos sobre as remunerações	21.013,23	21.700,60
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	1.974,71	1.980,11

17 - Divulgações exigidas por diplomas legais

17.1. Informação por actividade económica

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	15.397,30	15.397,30
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	15.397,30	15.397,30
Prestações de serviços	160.054,33	160.054,33
Compras	17.517,16	17.517,16
Fornecimentos e serviços externos	170.106,03	170.106,03
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	22.756,21	22.756,21
Mercadorias	6.142,16	6.142,16
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	16.614,05	16.614,05
Número médio de pessoas ao serviço	9,00	9,00
Gastos com o pessoal	132.634,96	132.634,96
Remunerações	109.647,02	109.647,02
Outros gastos	22.987,94	22.987,94
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	293.388,07	293.388,07
Propriedades de investimento		



Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas	10.912,20	10.912,20
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	10.912,20	10.912,20
Prestações de serviços	320.541,84	320.541,84
Compras	19.327,63	19.327,63
Fornecimentos e serviços externos	219.786,89	219.786,89
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12.809,45	12.809,45
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	12.809,45	12.809,45
Número médio de pessoas ao serviço	12,00	12,00
Gastos com o pessoal	138.417,14	138.417,14
Remunerações	114.736,43	114.736,43
Outros gastos	23.680,71	23.680,71
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	261.733,61	261.733,61
Propriedades de investimento		

17.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	15.397,30			15.397,30
Prestações de serviços	128.137,08		31.917,25	160.054,33
Compras	240,00		17.277,16	17.517,16
Fornecimentos e serviços externos	170.106,03			170.106,03
Aquisições de ativos fixos tangíveis	50.909,70			50.909,70
Rendimentos suplementares:	15.542,49			15.542,49
Estudos projetos e assistência tecnológica	5.437,50			5.437,50
Outros rendimentos suplementares	10.104,99			10.104,99

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	10.912,20			10.912,20
Prestações de serviços	124.791,51		195.750,33	320.541,84
Compras		19.327,63		19.327,63
Fornecimentos e serviços externos	219.786,89			219.786,89
Rendimentos suplementares:	14.540,24			14.540,24
Serviços sociais	6.330,00			6.330,00
Estudos projetos e assistência tecnológica	5.927,50			5.927,50
Outros rendimentos suplementares	2.282,74			2.282,74

17.3. Decomposição e movimento de capital próprio

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	78.632,05		(56.240,36)	22.391,69
Total	78.632,05		(56.240,36)	22.391,69

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	199.268,93		(120.636,88)	78.632,05
Total	199.268,93		(120.636,88)	78.632,05

17.4. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no art. 210º da Lei 110/2009, de 16 setembro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados em 2015 pelo Revisor Oficial de Contas foram de 6.642,00 euros.



18 - Outras informações

18.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

A Federação Portuguesa de Badminton (FPB) foi até 26 de setembro de 2014 a única entidade a gerir a utilização do Centro de Alto Rendimento (CAR - Badminton), com todos os custos inerentes a essa situação. O mesmo é pertença da Câmara Municipal de Caldas da Rainha (CMCR), sendo que a partir desta data foi constituída e tomada posse da comissão de gestão local, composta por um representante da CMCR, um do IPDJ e um da FPB. O modelo de gestão está definido e a ser implementado desde 01 de janeiro de 2015. Como vêm sido âmbito, a cargo da FPB estará a completa e livre gestão desportiva e financeira da polivalência. A CMCR contribuiu com uma verba monetária, bem como o IPDJ continua a contribuir desta forma, ao aceitar que se registem custos com o CAR nos valores a serem imputados aos seus relatórios e planos orçamentais. Estas duas entidades tem poder de Tutela.

A unidade Ginásio enquadrada no CAR encontra-se em funcionamento, utilizada por atletas federados, sendo igualmente uma fonte de receita regular que ameniza os custos de funcionamento por ele gerados.

20 - Fluxos de caixa

20.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Enquadramento da política

Os registos nas diversas rubricas da demonstração dos fluxos de caixa correspondem efetivamente aos recebimentos/pagamentos observados, sendo registados numa base bruta, i.e., não compensando entradas com saídas, excepto quanto a:

(a) recebimentos e pagamentos (de caixa) por conta de clientes quando o fluxo de caixa reflita as atividades do cliente; e

(b) recebimentos e pagamentos (de caixa) dos itens em que a rotação seja rápida, as quantias sejam grandes e os vencimentos sejam curtos (p.ex. utilizações e amortizações de contas caucionadas, financiamentos por recurso a desconto de títulos, cheques e factoring).

Os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e outros englobam IVA e outros impostos e taxas liquidados nas transações realizadas.

Os pagamentos ao pessoal incluem as retenções efetuadas nem outros encargos devidos pela própria sociedade mas que não lhes sejam pagos.

Os juros recebidos são registados pelo valor líquido das inerentes retenções de impostos.

Os fluxos de caixa resultantes de transações em moeda estrangeira são registados à taxa de câmbio da data do fluxo de caixa.

Os pagamentos de bolsas incluem os pagamentos efetuados a árbitros e praticantes, com exceção dos prémios pagos em torneios que são considerados em Outros pagamentos/ recebimentos.

Os recebimentos de subsídios estatais para financiamento da atividade são também considerados como Outros pagamentos/ recebimentos.

